

026ª Sessão Ordinária – 05ABR2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos às

-

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar do assunto ambulantes ilegais no centro de Porto Alegre trazido pelo Arcione Piva, Vice-Presidente do Sindilojas/RS; e pelo Sr. André Luiz Roncato, Vice-Presidente Financeiro do Fecomércio/Rio Grande do Sul, os quais convido para compor a Mesa. O tempo regimental de 10 minutos para manifestação será dividido entre os dois oradores.

O Sr. Arcione Piva, Vice-Presidente do Sindilojas/RS, está com a palavra.

O SR. ARCIONE PIVA: Boa tarde, Cassio Trogildo, Presidente da Câmara de Vereadores; obrigado pela oportunidade de estar aqui; André Roncato, representando a Fecomércio; eu estou aqui representando o Sindilojas de Porto Alegre e vou falar um pouquinho sobre o comércio informal de Porto Alegre. Ao longo das últimas oito décadas de atuação, o Sindilojas de Porto Alegre trabalha diariamente comprometido com a defesa dos interesses da categoria lojista, o desenvolvimento da classe e, por meio disso, o desenvolvimento e progresso de toda a Porto Alegre. Atuamos a partir das bandeiras de combate ao comércio informal, eficiência da segurança pública, redução e simplificação dos tributos, impostos e licenças, capacitação e participação ativa junto aos Poderes Públicos e sociedade. Estar aqui hoje, representando todos os lojistas da nossa Capital, é uma oportunidade única de dar voz e representatividade às necessidades dos comerciantes e fortalecer ainda mais a relação entre o Sindilojas Porto Alegre e esta Casa, o Legislativo da nossa Capital. O nosso objetivo é fomentar cada vez mais o comércio na Cidade, para seguir crescendo, gerando renda para Porto Alegre e empregos para a população. Isso passa pela união de todas as formas e pelas parcerias público-privadas, com foco em facilitar e agilizar o empreendedorismo e promover condições justas e igualitárias para todos crescerem. Nesse sentido, é fundamental analisar os

fatores que vêm se agravando em Porto Alegre nos últimos anos e que tanto preocupam os nossos lojistas. Observamos uma retração na economia, que reduziu o poder de compra da nossa população. Vivemos uma grande onda de insegurança, que faz com que as pessoas frequentem menos o comércio de rua, um dos principais pilares, e com que menos turistas visitem a Cidade, o que desfavorece todo o ambiente econômico de Porto Alegre e da região. O crescimento do comércio informal, por vezes, coloca produtos sem procedência nas ruas, como itens falsificados ou até mesmo contrabandeados ou originários de furto, podendo refletir no aumento da criminalidade na Capital dos gaúchos. No Centro Histórico de Porto Alegre, a situação do comércio informal é algo que afeta e preocupa o comércio, afinal, uma pesquisa realizada pelo Sindilojas Porto Alegre concluiu o seguinte: mais de 55% dos comerciantes entrevistados se sentem prejudicados pela concorrência desleal, e os principais motivos disso, segundo eles, são a venda de produtos iguais ou similares encontrados nas lojas, mas sem procedência. Além do fato de atrapalharem a entrada e saídas dos clientes das lojas, obstruem calçadas, vias públicas; prejudicam a visualização das vitrines e acabam aumentando a insegurança no Centro Histórico de Porto Alegre. Além disso, só no ano passado, as vendas realizadas pelos vendedores ambulantes informais, movimentaram aproximadamente 268 milhões de reais, apenas 125 milhões a menos do que o comércio formal da Capital projetou para as vendas de final de ano e no período do Natal. Uma movimentação financeira que não prejudica só o comerciante formal, que não vendeu e que não arrecadou, mas impacta todo o desenvolvimento da Cidade, em um período de retração econômica como a que estamos vivendo, Porto Alegre só vai voltar a arrecadas se contar com a colaboração de toda a sociedade. Todos ganham ou todos perdem! E nesse caso, a nossa Cidade deixou de arrecadar, em 2016, mais de 206 milhões que poderiam ter voltado para a população através de infraestrutura, saúde, educação, fazer com que a economia girasse e ainda melhorasse o nosso mobiliário urbano. Além disso, ao deixarmos de gerar riquezas para a capital e apoiarmos o desenvolvimento das empresas locais, assim como nosso comércio, deixamos de abrir novos postos de trabalho e de fazer a nossa economia girar e potencializar toda a economia de Porto Alegre e da Região.

Aproveito essa oportunidade de estar aqui na Casa que defende a população e na frente de tantos representantes dos porto-alegrenses para afirmar que enquanto sobre os nossos produtos incide o valor dos tributos e impostos, custos com aluguel e despesas

fixas das lojas e ainda a remuneração das equipes que trabalham em nossas empresas, o produto vendido por ambulantes ilegais, sempre sai muito mais barato. E com isso é impossível competir. Não é, Adeli, tu que já participaste muito dessa luta? Realmente é uma dificuldade para nós. Precisamos ter em mente que adquirir um produto ilegal é crime, além de ser extremamente injusto com os comerciantes regularizados, já que eles geram oportunidade de trabalho e movimentam a economia o ano inteiro, pagam impostos e ajudam a sustentar uma cidade com serviços básicos para assistir a população.

Além da concorrência desleal, com os comerciantes e vendedores regulares, o comércio formal ainda tem que lidar com a alta carga tributária, que cada vez mais onera os consumidores e lojistas, diminui o poder de compra das pessoas e faz aumentar, consideravelmente, o preço dos produtos finais. Nós, do Sindilojas Porto Alegre, queremos que a Cidade reaja com a união de toda população, por um mesmo bem comum. Precisamos reunir investimentos para gerar mais empregos e saúde financeira a Porto Alegre. Com o comércio mais ativo e pujante, todos os setores econômico e social serão beneficiados, não somente o poder de compra dos porto-alegrenses crescerá, mas teremos mais empregabilidade, mais investimentos e mais resultados positivos para toda a população. Precisamos do apoio de vocês, Vereadores, de todos os agentes públicos, e nos colocamos à disposição para que o comércio volte a crescer, estimulando a criação de uma economia cada vez mais forte. Ao mesmo tempo, reforço o apoio do Sindilojas em toda ação de combate ao comércio informal e de formalização e regularização dos vendedores ambulantes. Nossa entidade está aberta para apoiar todos aqueles que querem empreender em Porto Alegre, auxiliando na abertura de empresas e na profissionalização do comércio, através de cursos gratuitos de qualificação desses ambulantes ou de toda a população.

Era isso o que eu tinha para dizer, em nome do Sindilojas. Agradeço a oportunidade de estar aqui. Espero que a gente tenha sucesso e êxito nesse trabalho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sr. Arcione Piva. O Sr. André Luiz Roncatto, Vice-Presidente Financeiro da Fecomércio/RS, está com a palavra.

O SR. ANDRÉ LUIZ RONCATTO: Boa tarde a todos. Saúdo o Ver. Cassio Trogildo, Presidente da Câmara de Vereadores; meu amigo, o Ver. Adeli Sell - lembro da tua atuação na SMIC, onde vivemos um cenário diferente; o Ver. Idenir Cecchim, o Ver. Valter Nagelstein, o Professor Peres - também fizeram um trabalho excepcional à frente da SMIC; a nossa querida amiga, Ver.^a Comandante Nádia, uma importante liderança, uma das forças da sociedade, a nossa Brigada Militar; o Sr. Arcione Piva, Vice-Presidente do Sindilojas de Porto Alegre; os amigos, Ver. Alvoni Medina, Ver. José Freitas. Senhoras e senhores, a questão da informalidade não deve ser associada ao coitadismo. Todos nós sabemos que o comércio informal que envolve as nossas ruas somente fomenta o crime organizado. Falar que a crise é razão desta avalanche de irregularidades é desconhecer o assunto. O comércio formal, gerador de empregos, que contribui diretamente para a manutenção do Estado, vem, ao longo dos anos, cada vez mais disputando espaço com os ambulantes, camelôs, a ponto de acreditar que o melhor caminho é ser informal. As razões realmente nos levam a grandes reflexões, pois encontramos um Estado moroso, passivo, com olhar distante da realidade sobre o cenário do enfrentamento. Qual cidadão que, hoje, tem a tranquilidade de sair de seu bairro, de sua casa para se aventurar, comprar, trafegar, passear, no Centro de Porto Alegre. Sem dúvida, é uma grande aventura de risco de vida. Além de ter que disputar as calçadas com ambulantes têm que ficar atentos para não serem roubados, e esse cenário não pode continuar.

Precisamos urgentemente mudar certas culturas, derrubar vaidades e trabalhar de forma integrada. A responsabilidade é de todos. A todos cabe, desde os governantes, dar as garantias à população, que é um dever constitucional, e assim, nós, representantes da sociedade civil organizada, entendemos e queremos colaborar. Se todos sabem que o comércio informal fomenta o crime organizado, por que o olhar romântico? Eu questiono a todos: por que o olhar romântico?

Nos últimos dias, começamos a presenciar algumas ações da SMIC, e aqui eu faço a minha saudação à querida amiga Luciane Mattei, uma guerreira, e a todos os ficiais da SMIC, que vão para o enfrentamento, muitas vezes, sendo desconsiderados pelo próprio cidadão que diz: "Deixe o homem trabalhar".

Pequenos e simples movimentos que vêm sendo executados pela Brigada Militar, junto com a polícia, com a Guarda Municipal e com a SMIC, já mostram que existe um caminho de possibilidades. Esses pequenos e simples movimentos já deram uma demonstração

que basta querer fundamentalmente um pouco de integração, que me parece ser a palavra de ordem, pois produz efeitos benéficos para toda a população e comércio em geral. A hora é de tomada de decisão, caso contrário, estaremos lamentando o número crescente de desemprego, empresas fechando, menos recursos para educação e para saúde.

No nosso país, fora os índios, somos todos imigrantes. A Fecomércio inovou, buscando diálogo com as lideranças dos emigrantes que residem em Porto Alegre. Estivemos na Secretaria Estadual dos Direitos Humanos, sentamos com o Sr. Mor, Presidente da Associação dos Senegaleses, onde buscamos o diálogo para ouvi-los e para que compreendam os regramentos de uma sociedade estabelecida, uma sociedade legal. Uma das afirmações que recorro dessa liderança dos senegaleses é que eles têm, na sua origem, o comércio e que viram um ambiente sem nenhuma fiscalização no Centro de Porto Alegre, o que lhes parecia ser um ato legal, um ato simples. Com isso essas pessoas têm sido recrutadas por organizações, porque não precisa muita inteligência para perceber que essas pessoas recebem *kits* padrão, de óculos, produto que pode levar o cidadão à cegueira, relógios, medicamentos, artigos de toda ordem. O que nós não podemos mais é aceitar.

Eu trago um dado da nossa Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, no ano de 2003, nós tínhamos 120 fiscais; e hoje, em 2017, temos apenas 26 fiscais – e o cenário só aumentou. Só aumentou o número de ambulantes, o número de camelôs, e essas pessoas indo para o enfrentamento com esses fiscais. Nós precisamos, Sr. Presidente, senhoras e senhores, usar a criatividade, a inteligência e a integração. Nós precisamos, e sugerimos, que a Guarda Municipal atue na fiscalização e na retirada desses produtos, porque temos observado que esta tem sido a solução em muitos municípios do interior do Estado. Precisamos que a Polícia Civil, que já faz um trabalho brilhante, atue no combate aos depósitos e fornecedores desses ambulantes. Precisamos que a Brigada Militar, onde hoje temos à frente do comando do 9º Batalhão, o Coronel Amaury, que tem feito um excelente trabalho e que tem estado junto com os fiscais nesse enfrentamento. Precisamos da força da Brigada também e da Guarda Municipal. Então, senhoras e senhores, este é o nosso sentimento, nós, da Fecomércio, através de nossos 112 sindicatos da nossa base, sindicatos como Sindióptica, com o setor de óculos, que traz prejuízo à saúde do consumidor e é um setor que gera empregos, riqueza e renda. Nós

temos o Sincopeças, setor que sofre com o comércio de peças e que, muitas vezes, o consumidor acaba achando que está fazendo um bom negócio e pode colocar a sua vida e a dos seus familiares em risco; o Sinprofar, entre outros sindicatos afetados, nós queremos nos somar...(Som cortado automaticamente por determinação da presidência.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero saudar aqui o Vice-Presidente do Sindilojas, Sr. Arcione Piva, que ontem, coincidentemente, esteve conosco na CEDECONDH; quero saudar o André Luiz Roncatto, que faz um belíssimo trabalho como Vice-Presidente Financeiro da Fecomércio; quero saudar aqui a presença do Diretor da SMIC, Sr. Fernando Coronel, aqui conosco, bem como seus funcionários, ouvindo essa exposição. Eu quero aqui aproveitar a oportunidade, o tema é muito pertinente, é que, ontem, tivemos uma reunião na CEDECONDH, requerimento de minha solicitação, com a presença do Secretário de Segurança do Município, Coronel Kleber Senisse, que primeiro fez uma grande explanação da estratégia da Guarda Municipal, suas prerrogativas, suas competências e, naturalmente, aquilo que deve mudar em Porto Alegre para melhorar e – por que não? - acrescentar mais algumas atividades no regulamento da Guarda Municipal. Porque há poucas prerrogativas que eram daquela época, quando a questão da falta de segurança não era tão evidente na nossa Capital. Portanto, fará, sem dúvida, um belo trabalho, em parceria com a Brigada Militar, com a SMIC, com a FASC, fazendo um conjunto de realizações que possam amenizar essa situação do Centro.

Coincidentemente, hoje de manhã, eu fui ao Centro, ando muito no Centro, sou um dos Vereadores que mais anda no Centro, embora todos andem. Sempre vou para analisar alguns detalhes que possam modificar aquela região. Fui direto àquela barraca que fica na rua Andrade Neves e, para minha surpresa positiva, a Guarda Municipal estava ali ocupando o espaço com dois carros, naquele local, e não havia nenhum vendedor, às 11h30min. Ou seja, conversei com os guardas municipais, eles estavam tranquilos e com o objetivo claro de evitar qualquer tipo de posicionamento desse pessoal ali naquela

região. Inclusive disse o Coronel Senisse, ontem à tarde, que eles já constataram, Ver. Adeli, quem descarregava aquelas mercadorias ali naquele local pela manhã. Já coibiram, já evitaram, já mostraram a força da Guarda Municipal naquele local.

Portanto, conversando com alguns comerciantes, eu já vejo alguma modificação positiva, mas é claro que há ainda muita coisa a fazer. E aí, meu amigo, Fernando, a SMIC trabalha em conjunto com essas entidades, com essas instituições, com a Brigada Militar - e nós já falamos aqui do belo trabalho que faz o Coronel Amorim com toda a sua experiência, pois já está atuando na Cidade Baixa, no Centro e, naturalmente, trazendo uma nova dinâmica para essa situação.

Mas o que me chamou a atenção, Ver. Adeli, é que eu encontrava, no máximo, dez, quinze índios vendendo, e hoje encontrei cinquenta. Ou seja, quando tu tiras uma coisa, surge outra. Por que o índio? Essa é a grande pergunta. Por que ele pode e os outros não podem? Essa é a grande questão do Centro agora. Mas já recebi a notícia de que a Funai será procurada para mostrar essa situação do Centro, porque, se for nesse ângulo, a tendência – esta é uma opinião minha, posso estar errado – é que esses índios possam prestar serviço a outras questões no Centro da Cidade; possam ser usados por outros ilegais. E isto é preocupante. Até dizem que já está acontecendo. Não me atrevo a dizer, porque não vi, mas pode acontecer, aproveitando, quem sabe, a inocência do índio, com seus trabalhos artesanais. Esta é uma preocupação.

Após esta limpeza, nós precisamos criar uma alternativa. Inclusive, eu tenho dois projetos na Casa para levar ao Centro para organizar quem canta, quem toca, porque hoje está na moda. Agora, o nosso Thomas ganhou um prêmio, em nível nacional, o garoto que ninguém conhecia, e, ao ter oportunidade, deu este *show* para o Brasil. Quem sabe não saem ali do Centro alguns artistas que possam tocar nos bares, se empregar, arrumar emprego? Este é o meu projeto: colocar um palco móvel na Esquina Democrática para trazer todo esse pessoal para ali, com coordenação, com a Prefeitura determinando o horário. Os decibéis são muito altos de quem canta aleatoriamente lá, aqui e acolá. Vamos organizar o Centro. Quero ajudar, quero organizar.

Também no mundo inteiro, vocês sabem, há os banheiros ecológicos – não estes que nós vemos nos eventos, estabelecidos direto no chão, no esgoto, que não têm volta. Quero ajuda, emendas de vocês. Tem gente urinando em qualquer lugar no Centro, Adeli. É na

frente do bar, na frente da loja, mijando, fazendo todas as necessidades, o que não pode. Portanto, nós... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações e, após, prossegue a sua manifestação em Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É uma satisfação muito grande a gente poder, neste plenário, com a presença dos Vereadores, com a nossa Rádio Web e a TVCâmara, fazer este verdadeiro debate sobre a situação dos ilícitos em Porto Alegre.

Vou começar com a questão do “coitadismo”. Nós somos favoráveis ao povo, às pessoas. Queremos emprego e renda para as pessoas. Por isso é que nós demandamos cursos, formação, qualificação; por isso que estamos há anos trabalhando com instituições do comércio, dos bares, restaurantes para que o SENAC voltasse aos cursos de formação de mão de obra. Vimos, dias atrás, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, junto com outros órgãos da Prefeitura, ofertar cursos. E recentemente o SENAC ofereceu muitos, mas muitos cursos, inclusive com meia bolsa, e, no entanto não foram totalmente preenchidas as vagas.

Há uma cultura de que é mais fácil ganhar dinheiro vendendo ilicitudes. Essa é a grande questão! Esse é o grande debate! As frutas – o que aconteceu hoje de manhã? Eu disse e repito, está aqui a Luciane Mattei, o mesmo local onde, em 2003, 2004, a diligente, operosa fiscalização da SMIC, junto com a Guarda, foi lá e mostrou que estava na mão de duas ou três pessoas. Estão matando o hortomercado da Praça Parobé, onde tem trabalhador, onde tem auxiliar que é tão pobre e tão necessitado quanto aquele que vende ilicitudes. Ou não é? Estou falando bobagem? Vamos falar em bom português: mataram o horto da Praça Parobé; mataram o horto da Praça Rui Barbosa; mataram os pequenos comerciantes de alimentos dentro do Mercado Público. Nós vamos reviver a situação deles, ajudá-los.

Por isso fico contente que aqui estejam o Roberto, do Sindióptica; o Peres, que foi nosso Secretário; o Renan; a Vanessa; o pessoal da Fecomércio, pois estamos aqui numa grande frente. Ontem teve reunião na CEDECONDH; ontem eu fui fazer reunião com a

Secretaria de Segurança Pública do Estado. Inclusive nós vamos articular no final, em pequeno comitê, uma reunião de trabalho. Eu fui alertado que eu poderia apresentar essa proposta aqui, para a semana que vem, para juntar. Desde agora, Comandante Nádia, Tenente-Coronel Amorim – que está no 9º Batalhão -, quem já enfrentou Canoas, já enfrentou Restinga, vai enfrentar o 9º Batalhão também. Então, juntando essas forças, essas energias, nós vamos conseguir resolver os problemas, mas as pessoas têm que estar abertas a se reciclar, a ir em busca de nova formação, introdução numa nova situação no mercado de trabalho. Os senegaleses, haitianos, angolanos, nigerianos estão nas mãos das máfias. São pessoas que precisam da nossa ajuda. Vão ter a nossa ajuda, nós somos um país que sempre recebeu bem os imigrantes, vão continuar sendo respeitados por nós, vão ser ajudados por nós, mas não vendendo ilicitudes, porque quem ganha esse dinheiro é a máfia coreana, é a máfia oriental, é a máfia árabe que nós conhecemos, que compraram equipamentos no centro de Porto Alegre. Nós temos que chegar à fonte: neles! O cigarro está na mão de uma facção criminosa em Porto Alegre. Não durmam no ponto, não vão atrás de conversa! Hoje está dominado por uma facção criminosa. Não vamos tapar o sol com a peneira! Vamos fazer o verdadeiro debate e ajudar as pessoas que estão necessitadas. Tem desemprego, muito desemprego, mas nós podemos ajudar essas pessoas a se qualificarem e a se capacitarem para terem um trabalho decente e não ficarem no sol sem salário fixo, sem décimo terceiro, sem feiras, sem previdência social. Quem vai arcar com isso? Nós, o povo que paga tributos e que tem que botar dinheiro no SUS para que essas pessoas sejam atendidas; tem que botar dinheiro na assistência social para essas pessoas serem atendidas.

Dando continuidade a esse debate, há locais em que a insegurança é total e absoluta, Ver^a Comandante Nádia – absoluta! Os comerciantes da Voluntários da Pátria estão sendo ameaçados pelos vendedores ilegais, pelos ladrões de celulares. Ou eles tiram as câmeras de vídeo ou as suas lojas serão depredadas. Eles mandaram recado! Vão fazer, porque estão na mão da bandidagem. Como é que se fala tanto em segurança aqui, se a gente omite essas questões que são cristalinas. São cristalinas ou não são? Ou eu inventei? Não! As pessoas sofrem isso. Uma pessoa está pedindo demissão em uma loja na Marechal Floriano porque ela foi ameaçada dentro da loja com faca – com faca –, por causa de ladrões. Essa é a insegurança de Porto Alegre, quinta capital do mundo mais insegura, porque a gente fica passando a mão, dizendo isso, dizendo aquilo. Gente, não

vamos inventar. É a realidade dura, nua e crua que tem que ser enfrentada. Olhem a situação da rodoviária. Hoje de manhã, uma pessoa, cedíssimo, já tinha me alertado da ação no centro, e eu já sabia que ia acontecer. Disse: agora, Vereador, é a rodoviária. As pessoas não conseguem circular na rodoviária. E os senhores sabem que é o lugar onde há inúmeros assaltos, pois as pessoas do interior são ingênuas, caminham no meio daquelas quinquilharias, daquele corredor polonês, e são assaltadas, pungadas. Na Borges já não dava mais para colocar. Eu sou a favor da defesa dos que não têm, dos que têm de ter defesa da dignidade humana. Mas quem precisa mais de dignidade do que um cadeirante e de que um cego. Um cego e um cadeirante não conseguem circular no Centro de Porto Alegre. Nós já tivemos reunião aqui na Cedecondh no ano passado. Eu fui numa reunião amplíssima, massiva, lá numa Comissão do Deputado Nelsinho Metalúrgico, na Assembléia Legislativa. E havia um clamor. Ainda bem que eu estava lá. Diziam, “Deputado, não dá para circular no Centro de Porto Alegre”. Essa é a questão, essa é a realidade, isso é o que nós temos de enfrentar, por isso que é importante o material. Vocês se deram conta do material de publicidade do Sindilojas. É um material educativo, porque, de um lado, tem de ter um processo educativo, e, de outro lado, tem de ter pressão, como estamos fazendo aqui sobre as autoridades. As autoridades precisam de pressão, eu já fui Secretário - aqui na Câmara, nós temos mais quatro, com o Peres, que foram Secretários de Estado – e sabemos o quanto é importante a informação. Não é isso, Peres, quantas vezes eu procurei o Senhor, lá na Secretaria, para dizer aqui tem um problema. Eles trancam as passagens de pedestres na Praça Osvaldo Cruz. É simples, eu já conversei com o Alexandre, Coronel, da sua Secretaria, e ele está feliz porque o Senhor está aqui nos ouvindo. Está dando atenção para a gente, assim como já fiz reunião com o Secretário Ricardo Gomes. Lá na Praça Osvaldo Cruz é simples. Os donos de banca são oficiais e fizeram aquela lambança em todo o entorno. Caneta neles, porque ali é fácil de cassar o alvará, porque eles são os chefes. Ali para o caminhão deles, eu conheço, eu sei quem está por trás. As pessoas dizem que temos de defender os pobres, eu defendo mais os pobres do que ninguém, porque quero defender aquela senhora que fica ensacando as frutas dia após dia. Vá lá comigo e pergunte comigo, Vereador, se ela tem carteira assinada? Não tem! Se ela tem previdência? Não tem! Para combater as ilicitudes, que tem, Ver. Cássia, os seus vasos comunicantes - se a conta corrente não for a mesma -, o narcotráfico, o tráfico de armas e a pirataria. Essa é a

verdade. Por essa eu luto: em defesa do povo, da dignidade das pessoas, mas com legalidade e com justiça para que haja desenvolvimento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, representações aqui, tanto do Sindilojas quanto da Fecomércio, eu vou aqui um pouco na linha do que disse o Ver. Adeli, porque, sem dúvida alguma, a presença em massa dos ambulantes ilegais no Centro de Porto Alegre se relaciona com dois temas que são verdadeiros flagelos da nossa Cidade contemporânea: o problema da segurança pública, ou melhor, da insegurança, e o problema da vulnerabilidade social que também é causada, muitas vezes, pela falta de assistência que o Poder Público deve prestar a essas pessoas. E aí o cidadão de má fé se aproveita dessa condição de vulnerabilidade social, pois estão desempregadas, fruto da recessão econômica vivida pelo País como um todo, se aproveitam da ausência de instrução e escolaridade e da falta de qualificação profissional para que vendam facilmente produtos falsificados, pirateados, e acabam cerceando a circulação, por exemplo, como bem disse aqui o Ver. Adeli, dos cidadãos deficientes visuais, dos idosos, e do cidadão comum que circula pela Rua da Praia e enfrenta essa dificuldade. A Câmara de Vereadores têm um papel fundamental no enfrentamento deste assunto. Temos áreas no Centro, e a Rua da Praia é hoje a área que mais enfrenta o problema do comércio ilegal, sem deixarmos de falar também na Av. Voluntários da Pátria, na Rua Otávio Rocha, na Praça XV, e também naquele eixo que tenho, repetidas vezes, feito referências aqui, que é entre a Praça da Matriz e o Viaduto Otávio Rocha, que ali se mistura tudo: ambulante ilegal, delinquente, e moradores em situação de rua - e muitos deles estão em situação de abandono pelas suas famílias e não têm o devido amparo que deveriam ter da assistência social do Município. Nós temos aqui, foi proposto pelo colega, Ver. Moisés, Vice-Líder do Governo, e deveremos ter a instalação em alguns dias, de uma Frente Parlamentar da Câmara de Vereadores para discutir a situação do Centro Histórico. E hoje os dois principais problemas estão associados à questão dos ambulantes ilegais. E nós temos um ativo importante, o Ver.

Idenir Cecchim era o Secretário na época do Governo Fogaça, que foi a construção do camelódromo como um símbolo de revitalização do Centro. E dando sequencia à construção do camelódromo, tivemos a revitalização da Praça XV, a reforma do Largo Glênio Peres, reforma da Praça da Alfândega, a reforma da Praça Otávio Rocha, que fica ali com a Rua Dr. Flores, enfim, uma série de ações concretas e obras com recursos públicos, que forma realizadas para revitalizar o Centro e devolvê-lo à população. É bem verdade, que é um problema muito sério do número reduzido de fiscais para combater o comércio irregular, meu caro Fernando, Coronel Diretor da área. Mas também nós sabemos que é importante nós retomarmos alguns diálogos para que essa fiscalização seja mais efetiva e melhorada no âmbito do Centro. Temos um novo Comando no 9º Batalhão, Ver.^a Comandante Nádia, que tenho certeza não vai se furtar desse papel. O convênio que existiu por muito tempo entre a antiga SMIC, agora Secretaria de Desenvolvimento Econômico com a Brigada Militar estacionou, não funcionou mais. Nós temos 290 guardas municipais aguardando serem chamados. A dificuldade financeira do Município é grande, sabemos, talvez não sejam chamados os 290 aprovados no concurso de 2015 de uma vez só. Mas uma parcela importante que chamem, vai contribuir também para o combate do comércio ilegal do Centro, nas ações conjuntas da fiscalização e da Brigada Militar. Então, nosso apoio e também a disposição para colaborarmos nesta questão. E também sem prescindir de um aspecto ao qual não fiz referência aqui, e ele deve ser mencionado: as pessoas que hoje são utilizadas pela má-fé dos atravessadores dos que se valem dos produtos irregulares para ganhar dinheiro fácil, elas também têm que dignamente, serem encaminhadas a programas de qualificação profissional, de orientação vocacional, de inclusão social, porque de nada adianta nós acabarmos, de forma truculenta, com o comércio ilegal, se não tivermos uma ação de transição para que essas pessoas possam se colocar no mercado formal de trabalho com dignidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALDACIR OLIBONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.)

Todos nós, não é só em período de campanha ou pós-campanha, andamos muito pelo Centro da Cidade como andamos em toda a Cidade. Ficamos muito tristes, quando ela é invadida ou ocupada por pessoas que pensam que aquele espaço da calçada ou na frente de um comerciante é de uso comum ou que qualquer cidadão pode se estabelecer ali para vender qualquer mercadoria pirateada ou contrabandeada. Essa é uma situação, mas a outra situação - que o Fernando Coronel pode até nos auxiliar e que tem a oportunidade de vir aqui, hoje não está tendo, nas quintas-feiras, de poder dizer qual é o seu projeto em relação a essa questão do Centro da Cidade - é muito preocupante à medida que esses ilegais ocupam o espaço dos legais. Porque nós temos muita gente boa e bem-intencionada, que está, sim, no Centro da Cidade, vendendo algo para poder se sustentar, sustentar a sua família ou agregar uma renda para poder manter a sua família. Eu falo aqui, por exemplo, de um espaço que é turístico da nossa Cidade, o Brique da Redenção, sábados e domingos, e, infelizmente, Ver. Adeli, os senegaleses e os índios são utilizados por esta máfia sem-vergonha que se utiliza da mão de obra para vender produto pirateado. Isso qualquer um de nós sabe. E aquele que está ali com a banca legalizada percebe isso e vê, muitas vezes, Fernando, a ausência do Poder Público – isso acontece em vários locais da Cidade. A preocupação dos Vereadores aqui é poder fazer com que os lojistas se estabeleçam, diante da lei, pois pagam impostos, têm as suas demandas, têm a preocupação de manter os seus empregos, como todos nós. Por outro lado, alguém vem a atrapalha tudo isso. De fato, pessoal, de um ano para cá, a gente percebe que o Centro da Cidade foi tomado por vendedores de frutas, por exemplo. De onde vêm essas frutas? Qual a origem dessas frutas, Secretário? Estão falando que muitas delas tem mais de 80% além do limite permitido de agrotóxicos. Vamos fazer uma análise. Afinal de contas, no Centro da Cidade, além dos supermercados, temos algumas feiras de frutas, por exemplo, ao lado do Mercado Público. Esses caras estão sendo ouvidos? Eles estão sendo muito prejudicados, porque, em todas as esquinas, tem alguém vendendo algo, e nós não sabemos a procedência.

A preocupação não é só do Sindilojas, do Fecomércio, é de todos nós, cidadãos, que queremos uma cidade organizada, limpa, aprazível; que um turista que venha aqui não perca a vida, como já aconteceu; que não tenha uma má imagem da nossa cidade de Porto Alegre. O que queremos é dialogar com todos os segmentos, e, por isso, a Câmara

de Vereadores, porque o Vereador tem que ser ouvido, ele ajuda a fiscalizar a situação ou a realidade da Cidade. Não é por acaso que, muitas vezes, nós pedimos aqui a vinda do Secretário. Não é para dizer que o Secretário é incompetente ou que não opera a política, é para poder ajudar, auxiliar, porque alguma coisa não está funcionando em algum lugar da Cidade, como aconteceu esses dias com os CRASs e CREASs, centros de referência da assistência social – amanhã vem aqui a Secretária. Nós estamos aqui para ajudar a fiscalizar aquilo que não funciona, por isso, nós dialogamos, sim, com esse tema, que é muito profícuo e bem-vindo. Esperamos que o Governo volte a conversar, então, com todos os comerciantes, mas também com todos aqueles que estão legalizados e querem manter ali o seu espaço para o sustento da sua família. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOSÉ FREITAS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, quero cumprimentar o Vice-Presidente do Sindilojas, Sr. Arcione Piva; o Vice-Presidente Financeiro da Fecomércio, Sr. André Luiz Roncatto; cumprimento também o Ver. Cecchim, o Ver. Valter, o Prof. Peres, que também esteve à frente da SMIC, junto com o Dr. Goulart; o Ver. Adeli Sell, um grande militante em relação aos ambulantes, sempre bate nessa tecla. Na verdade, vou só reforçar o que os colegas que me antecederam colocaram. Sabemos que tanto o Sindilojas como a Fecomércio não podem fazer nada sozinhos. Acho que se precisa fazer uma grande força-tarefa, porque, senão, Ver. Cecchim, teremos que fazer outro centro popular e mais outro, outro e outro. A Prefeitura, junto com todos esses órgãos, tem que fazer essa grande força-tarefa com a Brigada Militar, com a Polícia, com a Guarda Municipal, até com o Exército. Como o atual Prefeito Marchezan está fazendo um trabalho de unificação das forças policiais com o Exército, acho que isso ele deve fazer também em relação a esse problema que não é só no Centro, na verdade, o comércio ambulante está espalhado por Porto Alegre, Azenha, etc. A grande força-tarefa tem que ser da Prefeitura junto com os órgãos de segurança e botar esse pessoal a correr com mão forte. Como já foi falado aqui, tem que estar a Polícia, a Brigada Militar, porque sabemos que por trás disso existe uma grande máfia. A

Prefeitura tem que tomar a frente junto com esses órgãos para que nós saíamos vitoriosos nessa problemática que Porto Alegre hoje está passando. E nós nos colocamos à disposição para unirmos as nossas forças e vencermos esse problema. Um abraço e sucesso para o trabalho dos senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer que fico muito feliz de saber que esta Casa de Vereadores tem se preocupado continuamente com a questão da Segurança Pública, e que esta é uma questão que tem pautado não só os debates aqui no Plenário, mas também nas Comissões, e individualmente, nós vemos os Vereadores procurando os órgãos que tratam da segurança pública com muita propriedade. Procuram a Guarda Municipal, Secretário Municipal de Segurança, procuram a EPTC, a Brigada Militar, e assim tem que ser, todos unidos nessa questão de segurança pública que é uma questão macro, é uma questão complexa, que diz respeito à educação, à saúde, ao comércio, às mais diversas áreas e segmentos, para que uma cidade, um estado, ou um país possa crescer com muita tranquilidade e paz.

Eu fico muito feliz ao ouvir colegas que usaram a tribuna antes de mim, o Adeli Sell, o Carús, enfim, Cassiá, o próprio Oliboni, e todos falaram que sim, é importante a segurança se fazer presente, principalmente no centro da Cidade, mas também nos outros bairros, onde nós vemos o comércio crescer.

Para que uma cidade cresça, nós temos que ter ordem, e ordem prevê que a gente tenha regramentos, que a gente tenha contrato, mesmo que sejam contratos não escritos, mas contratos de convivência social, para que a sociedade se estruture, cresça e possa ter segurança, saúde, educação na medida que todos nós merecemos. Mas as pessoas têm uma grande dificuldade em cumprir normalização e regra. Talvez, Arcione, seja alguma cultura ideológica que passamos há alguns anos e que, graça a Deus, está caindo, que é aquela cultura de vitimizar sempre o criminoso, vitimizar sempre o ambulante ilegal, vitimizar aquela pessoa que está dormindo nas calçadas, ocupando o passeio público e

criminalizando muitas vezes as polícias, seja civil ou militar, criminalizando a guarda, criminalizando a própria SMIC e criminalizando principalmente os empresários, que são os grandes culpados de termos hoje essa diferença social. Na verdade, a gente esquece de dizer que as pessoas ganham oportunidades, mas que muitas vezes, podemos incluir alguns ambulantes, não se apropriam dessas oportunidades e não as querem. Segurança é complexo, é um grande guarda-chuva, e tenho falado várias vezes, não estão embaixo desse guarda-chuva apenas a Brigada Militar, a Polícia Civil e a Guarda Municipal, mas abrange principalmente instituições que aqui vemos representadas, a Fecomércio, a própria Sindilojas, CDL e tantas outras que estariam aqui, e essa fala é que temos que fazer continuamente. Quero dizer aqui que a ocupação dos espaços é dever do Poder Público, é dever dos Vereadores estarem ali fiscalizando como esses espaços estão sendo ocupados. E hoje estão sendo ocupados por ambulantes que muitas vezes, além de venderem produtos ilegais, pirateados, também fazem com que aquele comércio ambulante seja livre comércio de drogas. Isso nós temos que dizer, estão nas ruas fazendo de conta muitas vezes que estão vendendo produtos e estão fazendo venda de drogas. Enfim, quero aqui lembrar e elogiar o Ver. Cecchim que, quando esteve à frente da SMIC, fez uma limpeza e organizou esta Cidade como eu falava. Essa organização, Cecchim, o Fernando tem muito a falar contigo, que tem que ser feita novamente, isso está premindo! É urgente que nós façamos essa reorganização junto à SMIC e essa limpeza no Centro da nossa Cidade.

Parabenizar o Ver. Moisés Barboza, que foi idealizador da Frente Parlamentar de Revitalização do Centro Histórico e que dentro dessa revitalização está, além da limpeza da Cidade, que questão de segurança, dando segurança não só aos empresários que estão vendendo, mas também às pessoas que querem comprar. Faço muita honra de estar presente nessa Frente.

Dizer que o Cel. Amorim, que assumiu recentemente o comando do 9º BPM; é um oficial qualificado e, com certeza, vai dar resposta que a população e que os empresários precisam. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações.

O SR. RODRIGO MARONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Fundamentalmente o meu colega querido, a quem tenho um apreço bastante grande, Ver. Aldeli Sell, eu sei que é um profundo lutador e estudioso desse tema. Eu lembro, na minha adolescência, da tua campanha no Centro “ Para uma Cidade Legal” isso em torno de 15 anos atrás, eu era um pouco mais jovem, não é Adeli? Quero dizer, aos meus colegas Vereadores e colegas da Câmara, que eu concordo plenamente com o debate e acho fundamental que o debate seja feito. Trabalho diretamente com pessoas vinculadas à Brigada Militar, à Polícia Civil, à Susep, à Guarda Municipal, meus queridos amigos aqui, e eu que é uma batalha diária, Ver. Tarciso, para a gente combater os mais diversos tipos de crime. Ontem, inclusive, fui assistir àquele filme O Central, recomendo a todos que o assistam, e confesso que acredito que a minha fala aqui talvez não seja do agrado de todos porque tenho uma opinião um pouco deferente. Eu que não tenho a profundidade e a vivência de vocês porque trabalho com a questão animal, venho aqui manifestar uma opinião absolutamente empírica, particular, sem grandes elaborações, mas é do meu coração. Acho que a situação dos ambulantes e das pessoas – não das pessoas do tráfico, nem das pessoas que fazem tráfico de armas, mas, fundamentalmente, das pessoas que são ambulantes - é uma situação profundamente... Imigrantes, é uma situação profundamente delicada, profundamente triste, porque estão à margem da sociedade. Eu duvidaria que alguém trocasse a sua vida para se colocar naquela condição de estar ali no chão rastejando, mendigando e pedindo. Inclusive, de certa forma, são pessoas que minimizam o crime, porque poderiam estar roubando. Estão ali vendendo, mas poderiam estar roubando. Eu não quero aqui institucionalizar, Comandante Nádia, a gente tem carinho um pelo outro e podemos divergir, assim como tenho pelo Ver. Cecchim, que eu vi que também discorda de mim, é uma opinião absolutamente política, de opinião. Nós aqui temos um bloco, que eu respeito, mas é uma opinião particular: não dá para criminalizar e colocar pessoas no mesmo padrão, com se fossem bandidos, entende? São pessoas que estão ali lutando pela sobrevivência, pessoas que, seguramente, não têm um patrimônio e que estão à margem da sociedade. Hoje, para ter emprego no País, não é fácil, Roberto! Não é fácil, Robertinho! Eu quero saber se é fácil hoje encaminhar... Eu, que não tenho nada a ver com isso, recebo, todos os dias, milhares, centenas de pedidos de pessoas querendo trabalhar. Pessoas que vêm

aqui pedir emprego, para trabalhar em qualquer coisa. Gente com formação. Eu tenho colegas da universidade, 70% dizem os índices, que não trabalham na sua área. Tem muito advogado vendendo cachorro-quente, tem muito dentista, publicitário vendendo qualquer coisa para sobreviver. Aí eu pergunto: aquele indivíduo que nasceu na periferia, que é pobre – e o que nós temos de maior patrimônio na vida é o nosso tempo –, que se coloca ali, ajoelhado no Centro, ou uma senhora, para vender qualquer coisa, sinceramente! Eu tenho o.k. aqui, Adeli, contigo, para discutir essa questão. Só que, para a gente poder cobrar essa conta, a política pública tem que aparecer. Efetivamente, não dá para cobrar uma conta, quando tu não apresentas uma alternativa do outro lado. Qual é a alternativa para essas pessoas? É simplesmente tirar dali, criminalizar, sair embaixo de cacete, algemado, o que for. Entra bandidinho, que para muitos aqui é a mesma coisa, e aí passa um ano e meio lá e sai bandidão! Entrou, porque estava fazendo um delito ou ato ilícito, teoricamente, dentro dessa falta de política pública, e sai homicida para sobrevivência. Então é um sistema hoje absolutamente complexo – isso eu concordo com a Ver.^a Nádia, a Comandante que pensa com profundidade esse tema e a quem eu admiro muito –, mas nós só podemos cobrar essa conta dessas pessoas que estão ali interferindo talvez no andar das pessoas, se nós dermos perspectiva para ela, Roberto. O que nós fazemos com essa gente: nós mandamos recolher e roubar? Vamos recolher esse pessoal... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Meus caros amigos, senhoras e senhores, primeiro eu quero saudar o início de uma nova atitude da Prefeitura Municipal, que hoje tomou uma iniciativa em relação ao Centro Histórico. O Centro Histórico se degradou completamente! Não estamos nem aqui discutindo a questão social, que eu acho que está além de qualquer discussão. Esse argumento, meu querido Ver. Maroni, eu nem penso que é melhor o cara que está vendendo do que o que está roubando, porque isso é uma coisa óbvia. É claro que é melhor, roubar é crime; ele está vendendo, ele está tentando ganhar a vida. Então eu não faço nem esse tipo de comparação.

Que tem que ter política social também é óbvio que tem que ter, nós já fizemos isso. O Ver. Cecchim, eu dei continuidade ao seu trabalho, quando ele conseguiu desenvolver a engenharia do camelódromo e levar para lá, e quando nós chegamos lá eu me deparei com uma inadimplência enorme, de mais de 70%, porque tinha um movimento político lá dentro, que o Seu Juliano Fripp e outros tantos diziam que não tinham que pagar, que se não pagassem o Município iria encampar. E aí passava de 70% a inadimplência, e a gente tomou uma decisão dura, firme, botou o negócio nos trilhos e fez andar. Eu quero dizer que tem que ter lei na Cidade, tem que ter regra. Então, cumprimento a SMIC, que hoje começou a fazer uma ação. Olha, só faltava vender... Minha querida Luciane Mattei, a quem eu quero cumprimentar, nossa servidora pública da mais alta qualidade, que labuta com toda sorte de dificuldade, porque a administração nunca olha para os fiscais nem para o pessoal da SMIC, basta ver que seu orçamento é menos de 3%. Veja quanto ganha em média um fiscal da SMIC e um auditor da Fazenda. A SMIC, na minha época e do Cecchim, tinha 200 fiscais; hoje quanto deve ter? Trinta. Então realmente não dá para fazer, é complicado fazer as coisas.

Cumprimentando a Luciane, cumprimento o Rogério Stock, todos que fazem este trabalho porque tem que ter regra, lei. Eu diria que, só para tentar dirimir a confusão, existem dois tipos de ambulantes: o ambulante ilegal, que está na Cidade ganhando a sua vida: o pipoqueiro, o cara da carrocinha do churros, são muitos, vários, na frente do colégio, nos parques, fazendo um trabalho e ganhando a vida, são micro e pequenos empreendedores; e o ambulante ilegal que é perverso porque compete com o comerciante que está pagando imposto, com o comerciante que está gerando emprego, com o comerciante que está pintando sua loja, E aí de repente um cara ali frente abre um troço. Ah! É por uma questão econômica? É, porque estamos na pior crise da história do nosso País, mas não pode ser assim a questão econômica, terra arrasada onde se pode tudo, e aí nós vivemos no mundo da anarquia e explode o que está funcionando bem. Então, esse tem que ser combatido, sim! Só falta vender galinha no Centro, chegar ali e ter galinha, cachorro, tudo que é bicho para vender, porque se vende de tudo. Então tem que ser enfrentada esta questão, bem como os distribuidores, porque não adianta tirar os caras do Centro a pau, e no dia seguinte, um atacadista distribuir tudo de novo, porque tem atacadista por trás desta história. Eu quero dizer também que tem micro e pequeno empreendedor; tem de dois tipos de empreendedor no nosso país: o empreendedor por

vocação, que sabe vender, que às vezes pode começar pequenininho e ficar milionário, e tem o empreendedor por necessidade - esses também merecem o nosso respeito. Volto a dizer que nós, graças a Deus, Cecchim, temos política para isso. Não é só com curso de qualificação por um lado, que pelo menos abre uma porta para o cara sair, mas é com iniciativa governamental, com o camelódromo, com políticas, com microcrédito, com formalização, tudo isso que a gente fez e que depois foi sendo deixado de lado, a SMPEO cresceu, outras áreas cresceram, e a fiscalização foi minguando, minguando.

Outra coisa que é muito importante - falava ontem nas minhas redes sociais -, aqui está o Roncatto, Vice-Presidente do Sindióptica, que quero saudar e o Vice-Presidente do Sindilojas. Na época em que eu era Secretário, Cecchim, lhe sucedendo, o Sindióptica nos deu 100 telefones celulares com *chipp*, não é Roncatto? O Sindigás me deu dois carros; e a Nestlé me deu mais dois carros; no Big, nós aplicamos uma multa que tinha lá do Procon, e nos deu outros dois carros. Nós reequipamos com carros e com comunicação a Secretaria, e renovamos o convênio com a Brigada, que vinha da época do Cecchim, para poder dar apoio a esse pessoal, tem que ter isso. E tem que ter sem preconceito e parceria com a iniciativa privada, que vai te dar, como o Sindicato nos deu, telefone, que vai te dar um carro que a Secretaria talvez não tenha. Porque esse preconceito de que não podemos aceitar nada do privado... Eu tenho uma ideologia que é a seguinte: tudo o Estado tem que dar como se fosse o grande pai. Então, o caro está desempregado, o Estado tem que ir lá com um berço; e, por outro lado, o privado que se exploda. Se o cara abriu um negócio na frente da loja dele é problema da crise social. Eu compreendo que nós temos que ter essa sensibilidade social, mas nós temos que olhar para o cara que está gerando riqueza também. E nós temos que olhar para o privado e saber que ele pode estabelecer uma sinergia com o público, às vezes, dar para o público aquilo que o público não tem, telefone, comunicação, o rádio, a gasolina, a estrutura. Nós já fizemos isso na prática, e eu desejo que isso se retome em favor da Cidade. O comércio irregular está na Assis Brasil, na Azenha, na Zona Norte, no Jardim Leopoldina; está na Zona Sul, na Restinga; está por toda a Cidade. É por um problema, sim, de pobreza e de crise, mas é também por um problema de fraqueza nossa de não fazer com que a lei vigore porque a lei em favor do comerciante legal tem que vigorar e precisa ser forte e precisa ser respeitada. Parabéns a vocês do Sindilojas, contem comigo sempre nessa luta. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

O SR. IDENIR CECCHIM: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Primeiro, eu quero fazer uma saudação, um aplauso e um elogio ao Prefeito, ao Secretário Ricardo e à fiscalização da SMIC pelas ações de hoje de manhã. O Ver. Valter já se referiu à Mattei e ao Rogério. Eu quero dizer que a mesma fiscalização da minha época, dos últimos anos, e hoje é a mesma fiscalização, o que falta é apoio para a fiscalização. Se der apoio a esse pessoal, acontecem as coisas. Tem que ter apoio. E eles estão fazendo a parte deles. Começou bem, espero que isso continue.

Para tranquilizar o Ver. Rodrigo Maroni, esse pessoal que está no Centro, principalmente os haitianos, os senegaleses, esta turma, na sua grande maioria, trabalhavam com carteira assinada nos postos de gasolina, nos restaurantes, já estavam bem colocados. Quando eles vieram de lá para cá, e não foi questão humanitária não, foi questão de migração planejada, como acontece em todo o mundo. Esse pessoal está em todos os lugares do mundo! Eles vão vender coisas para um grande chefe, para uma grande máfia! São os mesmos! Então, esse coitadismo não dá para ter com eles. Eles merecem trabalhar, só que eles já tinham trabalho. Se formos ver, 80% ou 90% saíram das empresas para ficar na rua; é muito mais fácil. Trabalhavam seis haitianos no posto da Dona Alzira, quando eu abastecia, sabem quantos tem lá? Um! Sabem onde estão os outros cinco? Na Av. Assis Brasil! É mais fácil ficar na rua, escutando música, dançando, fazendo sabe-se lá quantas coisas na rua. Esse é o problema. É a opção deles! Então, não tem que dar essa opção para essa gente. Se tem trabalho, tem que ficar no trabalho. Por que eles têm que ir para a rua? Por que um pobre, nosso, de Porto Alegre, quando precisa trabalhar com alguma coisa, tem que pedir licença, tem que fazer alvará, tem que fazer quinhentas coisas? E eles, só porque são imigrantes... Eu não tenho nada contra os imigrantes, não! Os nossos antepassados todos foram imigrantes, vieram para cá, mas foram trabalhar naquilo que eles sabiam fazer, que era na roça. Sabiam fazer, foram e venceram.

E esses haitianos e senegaleses, principalmente, vêm preparados para fazer comércio clandestino. Em todo mundo eles fazem isso. Aonde eles podem fazer, o que se faz? Mas, aqui em Porto Alegre, não pode! Tem uma lei que diz que é proibido fazer comércio, tipo camelô, no Centro Histórico! Foi aprovada por esta Câmara de Vereadores por quase unanimidade, ou por unanimidade parece: “É proibido fazer comércio, tipo camelô, no Centro de Porto Alegre”. Por quê? Porque nós damos uma alternativa, o camelódromo. E houve vagas para todos, para os setecentos e oitenta e poucos; nós criamos 800 vagas. O Ver. Valter Nagelstein conhece muito bem, porque também enfrentou a inadimplência ideológica. Não era inadimplência econômica, era inadimplência ideológica! Não pagavam para enfrentar, para fazer uma afronta! Então, não era uma inadimplência econômica. Era inadimplência ideológica! E nós vamos ter que tratar assim: sem dó nem piedade, só se resolve esse assunto levando as mercadorias deles que estão no chão, porque nenhuma delas tem nota ou pagou imposto. Essas mercadorias são ilegais, irregulares, e por isso têm que enfrentar com muita coragem, como a Secretaria fez hoje, Moisés, o Governo está fazendo a coisa como tem que fazer, começou pelas frutas, espero que comece a fazer com as quinquilharias também, todos os dias, sem folga.

E quero fazer também daqui um elogio – a Comandante Nádia já se referiu – ao Coronel Amorim. Na minha época, quem me ajudou muito foi o Coronel Bondan. O Sindilojas, o Sindicato das Óticas sabe que o Coronel Bondan foi decisivo para fazer essa limpeza no Centro. Eu continuo tratando como limpeza. Não tem nada de politicamente correto, tem que fazer limpeza, porque fica um monte de sujeira em todos os lugares, principalmente com as frutas.

O Coronel Amorim, há dois dias, já se vê a notícia de que ele recolheu cigarro que está sendo vendido em toda a Cidade. E ele fez o que a Brigada, a autoridade tem que fazer. Se o crime está na frente, não importa se é a Guarda Municipal, se é a Brigada Militar, se é a nossa fiscalização, se enxerga o crime, tem obrigação de atuar, e estamos fazendo isso. Hoje teve uma ação daquelas dignas de serem aplaudidas, e eu aplaudo. Mas continuo insistindo: tem que continuar, sim, tem que recolher as mercadorias que estão expostas no chão sem nota e sem procedência. Essas não são só irregulares, são mercadorias ilegais. E quem está trabalhando lá por opção e não quis ficar na empresa onde tinha emprego, dá para deportar de novo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Eu quero só lembrar do Major Córdoba também, que foi Comandante da 1.ª Companhia do 9.º Batalhão, que foi sempre muito prestimoso.

O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra em Comunicações.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Fiz questão de vir à tribuna para também reforçar que sou completamente contra o comércio ilegal, através dos ambulantes, das pessoas que estão vendendo produtos sem origem. Todas as ações envolvendo esse combate têm que ter o apoio dos Vereadores, acredito que a maioria aqui concorda, até porque isso gera realmente uma concorrência desleal com a empresa privada. Isso faz com que se percam empregos, tributos e muito mais, gerando a crise econômica pela qual o Brasil está passando. Agora, o que eu não posso aceitar, de forma nenhuma - e inúmeras vezes já debati em alto nível com o Ver. Idenir Cecchim -, é que a culpa seja dada aos imigrantes senegaleses e haitianos. Eu tive a honra - desde de 2013 até 2016, ou seja, **todo o meu mandato anterior...**

ou seja, todo o meu mandato anterior – de ser o Secretário Municipal de Direitos Humanos e conheci a história dos imigrantes senegaleses e haitianos. Construimos juntos, através do Governo Fortunati, todo um trabalho integrado. Os primeiros que vieram foram os haitianos, por causa de um terremoto, de uma catástrofe. E estavam lá as forças de paz do exército Brasileiro e da ONU se referindo a eles como um povo culto, educado, e fizeram propaganda para eles virem para o Brasil para ocuparem postos de trabalho, pois naquela época havia postos vagos de trabalho. Por não haver mais empregos também na Europa – os senegaleses são do norte da África –, seguiram a rota chamada Rota Sul, do Haiti para o Brasil. Era um outro momento, o Brasil estava com a economia muito boa. E seguiram também essa rota porque, através das redes sociais, eles se comunicam mundialmente e imigram, como os italianos. A minha família é de origem italiana, de Trento, a família do Cecchim também. Nós não podemos negar a nossa origem. O que o Ver. Cecchim fala aqui vai contra toda a história da família dele,

que teve, como a maioria dos imigrantes europeus, que fugir da Europa; foram expulsos da Europa por falta de emprego, por falta de comida ou por perseguição racial. E agora nós dizemos aqui que a responsabilidade de vender e fazer comércio irregular é dos imigrantes, isso é uma piada. É uma piada! Dizer que o imigrante deixa um emprego com carteira assinada, que é o sonho deles... E para cá só vêm os melhores, com uma vaquinha de 20, 30 familiares, para poder mandar dinheiro lá para o Haiti ou lá para o Senegal ou lá para o país da sua origem, seja para a África ou para o Caribe. Eles vêm aqui num sacrifício tremendo, abandonam a família, filhos, esposa, mãe, para conseguir ter dinheiro para mandar, para sustentar a sua família, que está lá e um dia voltar para o seu país de origem. Então, não tem nada a ver uma coisa com a outra.

E eu não sou a favor de que os imigrantes também façam comércio ilegal. Sou a favor de que eles tenham carteira assinada. Eu até gostaria de pedir, se fosse possível, para a Fecomércio, para o Sindilojas, que abram uma possibilidade também para esses imigrantes que vieram de fora terem uma oportunidade, tenham um cadastro, um setor de RH que eles possam procurar, porque aí também tira esse discurso de que eles estão aqui e precisam do nosso assistencialismo. Eles não precisam do nosso assistencialismo. Eles são pessoas que têm curso superior. A maioria tem ensino médio completo. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Ontem, nós fizemos uma homenagem aqui aos senegaleses. São pessoas educadas, são pessoas cultas, são pessoas que falam mais de três línguas, é uma colonização francesa.

Eu não consigo acreditar que o Cecchim falou sério, que uma pessoa com carteira assinada vem se sacrificar a trabalhar aqui, porque o nosso real aqui vale R\$ 60,00 ou muito mais, no Haiti ou no Senegal. Eu não posso acreditar que uma pessoa vá se demitir para ir lá tentar... (Som cortado por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Luciano Marcantônio prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Vai se sacrificar no Centro, na Av. Assis Brasil, onde quer que seja, a tentar vender uma canetinha, um brinquedinho, uma camisa, porque ele

abriu mão de ganhar no mínimo um salário mínimo, com carteira assinada? Não existe isso! Pelo amor de Deus!

E outra coisa: os imigrantes estão aqui desde 2005. Desde 2005! A partir de 2014, sim, vieram em maior quantidade, por causa do terremoto no Haiti. Não foi porque uma máfia... E não sei qual é o país de origem dessa máfia. Eu não ouvi o Ver. Idenir Cecchim falar qual é o país de origem. Isso eu não ouvi ele falar até agora. De onde vêm esses produtos irregulares, essas mercadorias ilegais – qual é a máfia que traz? Essa aí que nós temos que combater. Nós temos que combater o ambulante ilegal, mas nós temos que combater, também, essa máfia que traz as mercadorias. Eu fico realmente preocupado.

Outro ponto que eu acho importante ressaltar é que há um ano e meio nós não tínhamos esse problema de tantos ambulantes ilegais em Porto Alegre. E nós temos, em Porto Alegre, cadastrados, mais de quatro mil imigrantes, desde 2014. O que fez com que os imigrantes e os trabalhadores brasileiros perdessem a carteira assinada foi a crise econômica no País. Ou não tem brasileiro que comercializa produto irregular? Não tem nenhum porto-alegrense? São só os imigrantes? Pelo amor de Deus!

Só para não misturar os assuntos. Nós temos, sim, que combater severamente o ambulante ilegal. Isso é imprescindível. Isso é da democracia, é da lei, é da ordem. Isso quebra as empresas que pagam impostos, quebra as empresas que empregam cidadãos porto-alegrenses e imigrantes. Isso mexe na arrecadação do Município. Eu admiro o empreendedor da iniciativa privada que tem a coragem de abrir o seu negócio porque é tanta burocracia, tanta burocracia e tanto preconceito que sofrem, que não podem lucrar. Podem lucrar, sim! Que bom que lucrem, desde que seja honestamente. Têm que lucrar! Onde é que já se viu empresário não lucrar? Então esse preconceito que os imigrantes sofrem também os empresários sofrem. Nós temos é que nos unir. É mais fácil conscientizar os imigrantes a procurar emprego em lojas e supermercados, no comércio legal - tenho certeza de que é mais fácil, se eles tivessem uma oportunidade - do que convencer os porto-alegrenses a fazer isso, a largar amanhã o trabalho de camelô ilegal para ir buscar um emprego. Agora, eu tenho certeza de que se nós nos reunirmos com a associação dos senegaleses, se nós nos reunirmos com a associação dos haitianos e construirmos um diálogo, e abrir a possibilidade também de algumas vagas para eles, assim como tem o Sine em Porto Alegre, o Sine estadual. Só que, realmente, também o

Sine tem dificuldade em empregar os imigrantes. Não é por má vontade, às vezes é por falta de preparo inclusive para poder fazer a abordagem ao imigrante. Então fico feliz em ter aqui representantes do Sindilojas, representantes da Fecomércio, aqui é a Casa do Povo, aqui é que casa onde tem mesmo que haver esse debate. Nós, Vereadores, estamos aqui para mediar esses conflitos, nós estamos aqui para achar soluções, e eu tenho certeza de que a maioria dos Vereadores da Bancada do PTB está disposta a ser parceira sempre de causas justas como essa, que a Fecomércio e o Sindilojas trouxeram para nós.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Obrigado, Ver. Valter, Presidente; representantes do Sindilojas e Fecomércio, eu confesso que acho que um debate que ataque os efeitos e não as causas é sempre muito limitado. Eu sei, conheço que as lojas do centro de Porto Alegre enfrentam muitos problemas. A concorrência com o comércio ilegal é um dos problemas. Eu acho que o problema mais grave segue sendo a segurança pública, ausência de segurança. E nós sabemos que no desenvolvimento de crises graves nós chegamos no ponto de ter lojas fechadas e o comércio irregular aberto. Vocês sabem que a crise, em alguns países, chegou a ser tão grave que o comércio fechou a porta e estabeleceu o comércio irregular na frente da própria loja. Então, não é ignorância em relação aos problemas dos lojistas. Os problemas dos lojistas existem, só que uma Câmara de Vereadores precisa hierarquizar os problemas. Caso contrário, nós vamos tratar de atacar os efeitos e vamos avaliar, e é isso que está ocorrendo hoje, a perseguição aos trabalhadores mais marginalizados, aos trabalhadores que, para garantir alimentação da sua família, são obrigados a entrar no comércio ilegal. É disso que se trata. O Ver. Marcantônio respondeu muito corretamente ao Ver. Cecchim, que fazia um ataque absolutamente injustificado aos imigrantes, aos haitianos, aos senegaleses. Qualquer pessoa que conhece minimamente esse tipo de imigração, elogia os senegaleses que são de uma honestidade impressionante, comentada por toda a sociedade gaúcha. Agora, o que está ocorrendo? Ocorre que a crise social é muito grave.

E achar que vai se resolver a crise social ou que se vai resolver o problema das lojas, estabelecendo um estado policial, perseguindo trabalhadores que fazem o comércio ilegal é realmente vender uma solução demagógica que tem, evidentemente, um viés de classe. O que vem do povo pobre, deve ser perseguido. É a mesma lógica que nós vemos hoje com relação a um outro tipo de comércio, muito mais grave, que é comércio de drogas. O que acontece em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e no Brasil com relação ao comércio de drogas? Quem são as pessoas que são presas? São jovens que estão nas favelas, nas comunidades vendendo as drogas. Os grandes traficantes são intocáveis. Alias, alguns dos grandes traficantes são vinculados com políticos, vide o esquema do helicóptero. O que quero marcar com isso? Nós assistimos, no Centro de Porto Alegre, já há algum tempo, já diminuiu, e parece, agora, ser o objetivo do Governo voltar a essa prática, a repressão policial aos camelôs. Reprime um camelô, prende um camelô, vai ter outro que vai ocupar o lugar. É inevitável! Ou o mesmo camelô vai ter que voltar, porque ninguém aceita não ter a sua família alimentada, ninguém aceita não ter emprego o tempo inteiro, então o que vocês estão fazendo, o que o Governo está fazendo ao adotar essa lógica, é simplesmente provocar uma revolta social, é esta a lógica que o Governo quer implementar. É uma lógica de perseguição aos pobres, uma lógica de perseguição aos camelôs, de fazer com que a Polícia Militar tenha como atividade central no Centro de Porto Alegre, perseguir camelô. Isso não vai resolver sequer o problema do Sindilojas. Não vai resolver! Se os governantes quiserem, realmente, nós que estamos num País em que o nível de degradação é muito grande, o nível do crime organizado é muito grande, e o que estamos vendo na política, me admira muito o Ver. Cecchim falar em moralidade sendo do PMDB! Sinceramente, o Ver. Cecchim, sendo do PMDB deveria primeiro olhar para o seu Partido, porque o exemplo vem de cima. Se nós temos um País governado por gente que está vinculada com qualquer tipo de quadrilha, imagina se não vai ter comércio ilegal em Porto Alegre... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Por que isso tem importância? Porque nós temos que atacar as causas, e não os efeitos, e ter políticos que vêm aqui fazer um grande alarde de que agora o Governo está bem porque está reprimindo camelô, está botando ordem no Centro de Porto Alegre. Não, Porto Alegre vai ter ordem ao ter renda, ao ter emprego e ao ter decência, e a decência, por sinal, deve começar pelos políticos, deve começar pelos Partidos Políticos, deve começar pelos

governantes, Carús, e por isso colocamos de forma clara: nós temos lado no conflito social que querem desenvolver em Porto Alegre, e se tivermos que defender os camelôs, nós, do PSOL, vamos defender os camelôs, mesmo que sozinhos dentro da Câmara de Vereadores, porque essa política que o Governo quer levar adiante não vai resolver nenhum problema, só vai levar ao aumento do conflito. Se querem atacar os grandes contrabandistas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar os representantes do Sindilojas e da Fecomércio e quero dar continuidade à fala do meu colega, Ver. Roberto Robaina, porque me espanta muito, me espanta muito, a tentativa de repassar aos trabalhadores, que são obrigados muitas vezes a trabalhar de maneira irregular no centro da Cidade, a conta de uma crise econômica brutal que assola, e que assola, por óbvio, o comércio; e que assola, por óbvio, os trabalhadores; e que assola, por óbvio o conjunto da classe média que perdeu o poder de compra. Que assola a todos e, que evidentemente, tem muito impacto na redução das vendas do comércio. Agora, eu ouvi de alguns Vereadores a tentativa de dizer que é necessário uma limpeza no Centro ao retirar pessoas. Eu quero dizer que não aceito a lógica de tratar pessoas como se fossem lixo, e o que precisa, na verdade, é limpeza urbana e a coleta adequada, por exemplo, dos resíduos sólidos e dos resíduos orgânicos, que de fato é um problema para os moradores do Centro Histórico. Eu sou moradora do Centro Histórico, e os meus vizinhos não falam do problema dos fruteiros, aliás, compram deles. Mas falam, sim, do problema da iluminação do Centro; falam, sim, do problema da insegurança do Centro e do aumento dos assaltos; falam, sim, do problema do sucateamento do nosso Centro Histórico. Que, de fato, com a falta de investimentos dos governos, está cada vez mais degradado, e não, pela vida que muitas vezes os trabalhadores dão ao Centro Histórico, mas justamente pelo desmonte das políticas públicas desses governos. E é verdade que é preciso combater a causa e não a consequência, e isso, eu concordo integralmente com a fala do Ver. Roberto Robaina, o engraçado ou o irônico, é que não só os Vereadores

que vêm aqui dizer que a Polícia, ao invés de estar fazendo segurança para a população, tem que estar tirando camelô; que a SMIC, ao invés de garantir pontos regulares para os trabalhadores ambulantes, ficam colhendo a mercadoria, pegando as frutas das pessoas, que são o investimento da sua família; que a Guarda Municipal, ao invés de estar nas escolas garantindo a segurança para a comunidade escolar, tem que estar no Centro atacando trabalhadores. Esses mesmos Vereadores silenciam diante das receitas dos governos que só piora a crise econômica, e que só vão piorar a situação do comércio: o parcelamento dos salários; o aumento dos impostos, como foi o Governo Sartori com o aumento do ICMS, que alimentou e fez uma verdadeira bola de neve na crise, a ameaça do conjunto dos trabalhadores da rede municipal agora com a tentativa de dizer que vão parcelar e que não vão garantir quatro meses de salário do funcionalismo, que além de um ataque aos trabalhadores é um problema para a economia municipal. É óbvio que é um problema para a economia municipal. Por mim, a defesa do salário dos trabalhadores municipais já seria sagrada. Já é sagrado, trabalhou tem que receber. Mas pensando em escala municipal, pensando na escala do comércio, pensando em todos os aspectos da vida urbana, parcelamento de salário é mais um elemento de uma bola de neve que só gera mais crise, só gera mais desemprego, só gera mais arrocho. E estes mesmos que vêm aqui se referir aos trabalhadores dessa maneira silenciam diante destas políticas que são políticas antipovo, antitrabalhador, antijuventude, anticlasse média, antidesenvolvimento do setor produtivo. Por quê? É muito fácil, uma carga tributária que onera os trabalhadores e a classe média - onerar o consumo - e que desonera os bancos, que praticamente não pagam imposto no País, ou as grandes fortunas, que nunca foram regulamentadas como uma saída estrutural para uma crise econômica brutal que vive o nosso País. Nessa perspectiva, nós não podemos aceitar esse tipo de argumento. Eu também faço das minhas palavras a fala do Ver. Luciano Marcantônio, do tema dos imigrantes. Foi brilhante, Vereador. Nós estamos falando de haitianos que viveram num país com 80% de pobreza, num país que sofreu um terremoto, que as pessoas estão ainda mais desassistidas, que viveram a intervenção do país a partir da Minustah como uma forma de reprimir os trabalhadores haitianos e não de garantir geração de emprego e renda lá no Haiti. Estão aqui no nosso País e têm que ser respeitados e têm que ter os seus direitos garantidos, os senegaleses que estão sendo atacados, têm que ter, por óbvio, nós queremos, a busca por trabalho de carteira assinada. Mas na medida em que

não existe não se pode criminalizar os trabalhadores que foram empurrados para a situação de venda no Centro da Cidade – sejam eles fruteiros, sejam eles camelôs... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Quero, neste último minuto, dizer que nós estivemos, juntos com os fruteiros, no protesto que eles fizeram no final do ano passado e nós fizemos uma reunião com a SMIC, pedindo que regularizasse, então, os pontos deles, porque eles não querem trabalhar irregularmente. Eles querem a regularização dos pontos. A Prefeitura não regularizou ponto nenhum para nenhum dos fruteiros, para nenhum dos haitianos, para nenhum dos senegaleses, para nenhum dos que vivem na Rua da Praia, que foram arrojados na política de privatização com o camelódromo e, agora, usam o efetivo para tirar o direito ao trabalho e a possibilidade de alimentar as suas famílias. Nós saímos ali na Prefeitura, e estavam já os fruteiros diante dessa atuação, hoje, da Prefeitura Municipal. E se for para falar em máfia, eu gostaria que os Vereadores falassem da máfia na política, na máfia que roubou bilhões de dinheiro público a partir dos escândalos de Brasília, das máfias em Porto Alegre, no DEP, na FASC e em outros lugares, mas não dos trabalhadores.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Comunicações.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Ver. Valter Nagelstein, na presidência dos trabalhos, quero trazer aqui o meu abraço ao estimado amigo Arcione Piva, nosso Vice-Presidente do Sindilojas; a nossa saudação, também, ao André Luiz Roncatto, Vice-Presidente Financeiro da Fecomércio; e um abraço a todos os Vereadores e Vereadoras. Quero dizer que este tema que se discute aqui hoje é de extraordinária importância para a cidade de Porto Alegre, é uma questão que vem de muito longe, e eu tive a oportunidade de acompanhar de perto desde aqueles tempos.

Num determinado momento, nós, aqui de Porto Alegre, tivemos a construção do camelódromo, o nosso Centro Popular de Compras. A partir daí, se dizia que a situação estava encaminhada, com um espaço para o nosso ambulante. Nós temos leis que dizem – e é verdade! – que é proibida a presença do nosso ambulante no Centro, a não ser

aqueles que já estão lá estabelecidos – que estavam estabelecidos à época. Isso se acompanhou sempre na história de Porto Alegre. Primeiro, meu caro Robaina, deixa-se ingressar e trabalhar ali, cada vez mais, para, depois, ser tomada uma medida drástica, de uma vez só, no sentido da solução desse problema.

Eu, só para registrar, estou aqui desde 1989 – lá se vão quase 30 anos. Lá naqueles tempos mais passados, quando nós recebíamos pessoas com seus currículos – eu recebia gente da Fecomércio, da Federasul –, vinham aqui lideranças e perguntavam se eu tinha currículo. E eu dizia que sim, tenho. A gente dava três, sete ou dez e aos poucos todos iam se colocando. Hoje, a verdade é trágica! A pessoa que perde o emprego aos 40, 50 anos, vive uma tragédia! Nós recebemos homens, mulheres adultas chorando em desespero, em razão do que acontece em uma cidade do tamanho de Porto Alegre e em todas as partes: quando uma pessoa, com essa idade, perde o emprego e tem uma dificuldade extraordinária em ser recolocada no mercado. Há uns 15 dias, chegou no meu gabinete um amigo meu que foi meu aluno. Ele me disse que vai vender ovos de galinha. Ele disse que esteve na SMIC pedindo um alvará, porque ele precisava de uma inscrição de CNPJ para vender os ovos para pequenos estabelecimentos, e a Prefeitura negou dizendo que não poderia dar o alvará para ele, porque o endereço que ele apresentou é da sua casa alugada. A orientação da Prefeitura foi de que ele devia transformar o imóvel dele em comercial. Mas como ele vai transformar o apartamento em que ele mora, que não é dele, em imóvel comercial? Portanto, existem dificuldades de empregabilidade. Eu sou favorável à instituição de pequenos negócios regularizados. E quantas oportunidades teríamos em uma cidade como Porto Alegre! Agora, enquanto isso não acontecer, enquanto tivermos todas essas leis atrapalhadas, nós levamos sérios problemas dessas pessoas desempregadas.

E para concluir, quero dizer... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...que é de se cumprimentar a presença de vocês, exatamente no sentido de nós tratarmos desse assunto com profundidade. Acredito que é possível retirar essas pessoas não do Centro, mas da informalidade, a partir do momento que se viabilize a possibilidade de instituição e criação de pequenos negócios. Estamos juntos nessa luta, porque é uma luta da cidade de Porto Alegre. E eu quero cumprimentar vocês pela presença conosco, eu falo em meu nome e do Ver. Paulinho Motorista, PSB de Porto Alegre. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu queria falar que aqui não estamos, quando a gente traz essa questão do centro de Porto Alegre, discriminando nenhum tipo de trabalhador, haitiano, senegalês, nenhum tipo de trabalhador. E nós não achamos que nenhum ser humano é lixo, pelo contrário, nós, quando subimos a esta tribuna, subimos com muita clareza e determinação. Porque, quando a gente fala em trazer as condições reais ao centro de Porto Alegre, porque é muito simples fazer um discurso aqui e falar dos fruteiros do centro. Fruteiros do centro, são os fruteiros que estão legalizados, na Praça XV, da Praça Parobé, dentro do Mercado Público. Semana passada fizeram um discurso aqui em defesa das bancas do mercado público! Olha que bonito, Ver. Luciano Marcantônio! Vir aqui fazer um discurso e defender os permissionários do mercado público! E aí hoje, se contradiz, faz um discurso defendendo as pessoas que estão ilegais nas ruas de Porto Alegre vendendo frutas, que ninguém sabe a procedência, estão sendo explorados nas ruas de Porto Alegre. Então, quando a pessoa vem aqui e faz um discurso pregando que as pessoas que estão indo contra a informalidade são pessoas que estão achando que o ser humano é lixo, estão pregando a exploração, quem vai lá e larga as coisas para as pessoas venderem está pregando a exploração. Isso eu entendo muito bem, sou comerciante em Porto Alegre. Nós lutamos lado a lado com a SMIC, com o Sindilojas, com a CDL para preservar os empregos das pessoas e trazer dignidade para aquelas pessoas que ali se encontram. Não é à toa que, na semana passada, nós fizemos ações para empregar aquelas pessoas, Ver. Luciano, cadastrar aquelas pessoas. Nós não estamos simplesmente chegando lá e tirando as pessoas, nós queremos trazer dignidade para aquelas pessoas, porque aquela atividade que eles estão fazendo ali não é digna, aquilo não é o que esta Cidade assinou na busca do trabalho decente, na convenção da OIT, aquilo ali não é decência nenhuma, a pessoa ficar na rua, na chuva, no centro da Cidade, sem ter os seus direitos adquiridos, sem ter as suas garantias, sem ter direito ao vale-transporte, sem ter direito a um salário digno e decente, não é dignidade nenhuma, não interessa se ele é

haitiano, não interessa se ele é brasileiro, não interessa se ele é peruano ou se é boliviano. Não interessa. Isso acontece em todos os grandes centros do Brasil, e isso nós condenamos em todos os grandes centros do Brasil. Isso é exploração de mão de obra escrava. O trabalho que fazem ali é o mesmo trabalho que fazem nas minas de diamante, de ouro, de minério na África, o trabalho que fazem ali no centro aos olhos de todos nós é o mesmo trabalho que fazem lá na Amazônia, é o mesmo trabalho de exploração de mão de obra que é feito, que a gente acha que é escondido em vários lugares do mundo. É um trabalho de exploração comercial de uma mão de obra, e aquilo ali que a gente vê com os haitianos e senegaleses é o que se vê os coiotes americanos fazendo com as pessoas. Eles chegam aqui, a grande máfia entrega para eles pastas com aqueles relógios, correntes, uma série de coisas que eles vendem ali, são obrigados a vender para pagar a sua chegada aqui no Brasil, e isso o nosso Governo vai acabar; é um propósito do nosso Governo acabar com isso. E nós, quando fomos ao Centro, juntamente com a Secretaria de Segurança e todos os órgãos do Governo, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, fizemos esse multarão. Cadastramos essas pessoas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Estamos incumbidos de recolocar essas pessoas no mercado de trabalho. Mas nós não podemos permitir que o Centro da Cidade desempregue milhares de milhares de comerciários, milhares e milhares de trabalhadores que trabalham no comércio e nos serviços de Porto Alegre e que vivem do suor do seu trabalho; de empresários que assinam a carteira, que recolhem seus impostos por causa dos trabalhadores de uma economia que explora a mão de obra desses trabalhadores. Nós sabemos que acusam os lojistas de fazerem isso, mas não são os lojistas, é a verdadeira máfia que está por trás da exploração de mão de obra escrava, muitas vezes. Porque essas pessoas são largadas ali pela manhã e recolhidas à noite. Certamente o nosso Governo vai acabar com isso, e nós vamos contribuir muito, dirigentes sindicais da cidade de Porto Alegre, para que isso acabe. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Quero agradecer a presença do Sr. Arcione Piva, Vice-Presidente do Sindilojas, e do Sr. André Luiz Roncatto, Vice-Presidente Financeiro da Fecomércio do Rio Grande do Sul. Cumprimento-os pelo trabalho que

fazem na defesa dos melhores interesses da nossa Cidade, da geração de emprego, renda, desenvolvimento do varejo que é uma força econômica da nossa Cidade e que precisa sempre ser respeitada e apoiada.

O Sr. Arcione Piva está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. ARCIONE PIVA: Dando continuidade, a gente já colocou antes na abertura, o Sindilojas continua à disposição da Câmara de Vereadores, para que a gente possa encontrar soluções para melhorar a convivência da sociedade, a convivência das pessoas não só no Centro Histórico de Porto Alegre, mas em toda a Porto Alegre. Nós precisamos ter uma convivência melhor com a nossa sociedade, com os ambulantes, com os ambulantes legais, mas também precisamos, junto com a sociedade, encontrar soluções para que a gente possa resolver o problema da ilegalidade. Como eu falei lá no início, vender produto contrabandeado, produto eventualmente roubado é crime também. Então, nós não podemos permitir que o crime, mesmo que seja por um motivo justo, como alimentar a família, continue no seio da sociedade. Nós precisamos eliminar essa prática do crime. O Sindilojas já se colocou à disposição em outros eventos, inclusive, aqui na Câmara de Vereadores, com a possibilidade de fazer treinamentos, fazer cursos de qualificação, ajudar na abertura de empresas. Somos parceiros do Sebrae, parceiros do Senac, parceiros da Fecomércio, que é a nossa entidade-mãe, para que a gente possa encontrar soluções de uma maneira adequada e justa, para que todos possam ter oportunidade.

Eu comentava antes com o Nagelstein que eu, nas horas vagas, sou empresário e, na minha empresa, eu coloquei vários senegaleses e haitianos. Para minha surpresa, eu não tenho mais nenhum trabalhando comigo hoje. E não é porque não recebiam salários, mas porque eles não conseguiram entender a mecânica do salário brasileiro, como é que funciona. Eles querem olhar o contracheque que tem R\$ 1.500 e querem receber os R\$ 1.500 no final do mês. Eles não sabem que têm que pagar INSS, que têm que pagar Fundo de Garantia, que têm vale-refeição, vale-transporte, todos os benefícios, cuja maior parte é bancada pelo empresário, e parte é descontada deles, eles não entendem isso. Eles não sabem que, no final do ano, vão ter férias e 13º. Eles querem saber, no dia 30, quanto vão receber. Se eles recebem adiantamento no dia 15, isso já não faz mais parte da soma do salário deles, está lá como desaparecido, o que vale é o que sobrou no final

do mês. Aí eles saem, Robaina, dos empregos, para irem trabalhar como camelôs, porque ali eles recebem, no final do dia, o dinheirinho na mão deles, o que acaba prejudicando toda a sociedade, inclusive, eles mesmos, porque não têm plano de saúde, não têm aposentadoria, enfim, não têm nada dos benefícios que os brasileiros têm. No SUS eles vão fazer fila para serem atendidos. No meu caso, no plano de saúde, eles não querem pagar R\$ 20,00 por mês para ter o plano de saúde, porque R\$ 20,00 vão fazer falta no final do mês. Mas eles não se preocupam que tem que pagar depois se tiverem que, eventualmente, ficar hospitalizados. Isso não pode continuar, nós precisamos encontrar uma solução. O que o Sindilojas veio aqui fazer, junto com a Câmara de Vereadores, junto com a sociedade, é encontrar saída para que a gente possa dar dignidade a todos eles. Mas o jeito que está o Centro da Cidade e os bairros, isso não pode continuar. Isso é verdade, nós precisamos melhorar isso. Como vamos fazer? Juntos vamos encontrar soluções. Este é o nosso objetivo aqui: junto com a Fecomércio, com a CDL, com a Câmara de Vereadores, com a Prefeitura, com os Deputados, com toda sociedade, nós temos que encontrar saídas legítimas, legais, que permitam que a maior parte da sociedade esteja receba seus salários dignamente podendo dar alimentação para suas famílias dignamente. É o que nós desejamos, e estamos trabalhando para isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Sr. André Luiz Roncatto está com a palavra em Comunicações.

O SR. ANDRÉ LUIZ RONCATTO: É uma pena que alguns Parlamentares que se manifestaram não estão aqui agora para ouvir. Nós, da Fecomércio, defendemos sempre o empreendedorismo. Nós temos, nos braços operacionais do sistema Fecomércio, o SESC e o Senac: o SESC na qualidade de vida, o Senac na qualificação profissional. Nós, talvez tenhamos sido a única entidade que buscou aproximação e diálogo com os imigrantes que estão nosso País. Nós, na Secretaria de Direitos Humanos, recebemos os líderes dos imigrantes em Porto Alegre; oferecemos cursos através do Senac, não

tivemos a presença de nenhum, mas não fechamos as portas, continuamos com o diálogo, porque acreditamos que se constrói uma sociedade com diálogo, não com demagogia. Por quê? Não importa se é brasileiro, se é imigrante – as leis são para todos. Nós não podemos mais aceitar que o comércio sofra, que haja o fechamento de lojas que geram emprego, renda, riqueza e que trabalhadores legais percam suas oportunidades de trabalho por conta do crime organizado. Nós temos que acabar com a ingenuidade, com o coitadismo, porque todos sabem que o contrabando, a pirataria são facções do crime organizado. Eu sou membro conselheiro do Ministério da Justiça, ouço depoimentos de policiais federais, da Polícia Rodoviária Federal, onde carregam corpo de brasileiros trabalhadores da Polícia Rodoviária Federal que enfrentam o crime organizado. E esse crime chega aqui na nossa Cidade, o que não podemos mais tolerar, não podemos mais aceitar, porque isso financia o crime, o aumento da violência. É por isso que estamos aqui na Casa do Povo para dizer que a pirataria de óculos leva a cegueira, que o contrabando de cigarro é coordenado por facção em Porto Alegre. Então cada cidadão que investe em uma carteira de cigarro está colocando uma bala na arma de um bandido contra o cidadão de bem - desculpem eu me alterar mas é que pulsa em mim, eu vivo isso diariamente. Os imigrantes estão sendo usados. Fora os índios, somos todos imigrantes. Eu lembro da fala do Papa Francisco dizendo que deveríamos ter acolhimento. É acolhimento deixar essas pessoas entrar e ficar à margem da sociedade? Serem recrutadas pelo crime organizado? Essas pessoas estão sendo usadas. Isso é cristão? Isso é moral? Então, nós temos que defender o comércio legal. Nós, da Fecomércio, queremos dar as mão num trabalho organizado, de base, oferecer estrutura para essas pessoas, qualificação para que venham para o emprego legal, formal, que vai gerar mais uma sala de aula, mais uma classe nas escolas e mais um leito no hospital porque o comércio que está acontecendo no Centro da Cidade é um comércio de perde-perde, onde a sociedade de bem está perdendo. Agradeço a atenção. Vamos trabalhar por uma sociedade melhor.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Parabenizamos, mais uma vez, o Sr. Arcione Piva, Vice-Presidente do Sindilojas/RS e o Sr. André Luiz Roncatto, Vice-Presidente Financeiro da Fecomércio/RS, que abordaram o tema Ambulantes ilegais no Centro de Porto Alegre

e damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h30min.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): (16h31min) Estão reabertos os trabalhos.

Apregoo o PLL nº 001/17, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, do Ver. Mendes Ribeiro e de outros Vereadores.

Hoje temos o comparecimento da Sra. Raquel Mauler, Presidente do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia, que abordará o assunto da 10ª edição da Conferência Municipal de Ciência e Tecnologia.

A Sra. Raquel Mauler está com a palavra.

A SRA. RAQUEL MAULER: Prezado Presidente, Ver. Cláudio Janta; demais integrantes da Mesa; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; parceiros de Comcet; senhoras e senhores; o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, de Porto Alegre – Comcet, tem uma longa trajetória colaborativa com a sociedade porto-alegrense, escutando, envolvendo e trabalhando, principalmente, com a comunidade que faz ciência, desenvolve tecnologia e promove inovação em benefício da qualidade de vida, no Município Porto Alegre, com o papel propositivo, consultivo, fiscalizador dos diferentes projetos que permeiam a sociedade nesta área. Ele foi criado através da Lei Complementar nº 367, de 1996, como um órgão de participação direta da comunidade na Administração pública, conforme a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, e, desde lá, temos trabalhado ininterruptamente.

Porto Alegre tem um diferencial importante, possui um ambiente de conhecimento significativo, construído por um capital humano conhecido no Estado, no País e fora dele, portanto ciência, tecnologia e inovação exercem um impacto significativo na geração de empregos e renda da Cidade. Pode atrair investimentos estratégicos e fomentar novos programas, projetos, processos e produtos que contribuem para o fortalecimento científico, tecnológico e social.

Em 2012, Porto Alegre recebeu o prêmio internacional de cidade inteligente, do Smarter Cities Challenge, da IBM, ficando entre as 31 cidades mais inteligentes. Em 2016, o

ranking elaborado pela Uban Systems considerou que Porto Alegre está entre as dez cidades mais inteligentes do Brasil. Uma das metas do Comcet é trabalhar e colaborar para melhorar nossa posição nesses *rankings*.

Ao longo dos anos, a partir das demandas focadas, a Administração de Porto Alegre tem criado várias estruturas para tratar de ciência, tecnologia e inovação, como por exemplo, uma coordenação específica, Coordenação da Inovação, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Aqui queremos registrar a nossa satisfação em receber a notícia, ainda em janeiro passado, que o professor Roberto Astor Mosquetta, grande liderança na área de ciência, tecnologia e inovação de nossa Cidade, com grande experiência na gestão de ambiente de inovação, foi escolhido gestor do Parque Tecnológico da PUCRS, foi designado para a área de inovação da Prefeitura de Porto Alegre.

Porto Alegre conta ainda com um Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia – FIT/Poa, criado pela Lei Complementar nº 721, e depois alterado pela Lei Complementar nº 781, de 24 de novembro de 2015, que tem como finalidade fomentar programas, projetos e empresas de base tecnológica. Nesse fundo, se prevê a presença do Comcet com 4 assentos.

E aqui, registramos, também, que o Comcet contribuiu de forma significativa para a formulação da proposta de legislação, conhecida como Lei da Inovação de Porto Alegre.

Por ocasião da recente inauguração do POA-HUB, uma iniciativa elogiável da InovaPoa, o Sr Prefeito lançou mais uma estrutura, que é a criação de um Conselho de Inovação para Porto Alegre. Mais uma vez o Comcet está de prontidão para o desenvolvimento de trabalho colaborativo e construção de proposta que cada vez mais façam a diferença para o desenvolvimento, a sustentabilidade econômico-financeira, científica e tecnológica da nossa Cidade.

O Comcet é constituído por 23 membros com mandatos de dois anos vinculados à comunidade científica e tecnológica e a sociedade civil organizada. Três membros são indicados, respectivamente, pelo Estado, entre os integrantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, outro pelo reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e, o terceiro, indicado pelo reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Conta ainda com 13 membros que são eleitos em cada Conferência Municipal de Ciência e Tecnologia, entre integrantes da

sociedade científica, tecnológica ou civil organizada e mais 7 membros indicados pelo Sr. Prefeito, representando o Executivo Municipal.

O Comcet promove, a cada dois anos, a Conferência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação destinada a avaliar, debater, propor e elaborar políticas e ações em ciência, tecnologia e inovação, e traçar as respectivas diretrizes políticas de interesse do Município, propondo a prioridade de investimentos e os mecanismos de captação de recursos. Essas diretrizes são um importante instrumento de apoio à gestão municipal em termos de CT&I.

As Diretrizes são apresentadas em meio eletrônico e físico - Caderno de Diretrizes de CT&I. Como as diretrizes são elaboradas a partir das manifestações da sociedade, dentro de padrões de qualidade e pertinência, acreditamos que essas diretrizes de CT&I servirão como referência para as melhorias socioeconômicas do Município de Porto Alegre. O Conselho se organizou em cinco câmaras para encontrar mecanismos e ações para propormos meios de viabilizar as implantações dessas diretrizes.

A última conferência, a 9ª Conferência, inovou ao adotar pela primeira vez uma ferramenta de coleta usando formulário próprio na Internet. Recebeu várias contribuições, permitindo assim uma participação mais ampla e qualitativa da sociedade. Essa ferramenta será também utilizada para a realização da 10ª Conferência.

O foco temático da 10ª Conferência é Diretrizes para as Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para uma Cidade Empreendedora e Inovadora.

Este foco é norteador da programação das cinco pré-conferências e da plenária final. As pré-conferências são espaços privilegiados com diversidade de entidades participantes para a discussão e a formulação das diretrizes, tendo como base as propostas recebidas.

Para a 10ª Conferência, propõe-se, para cada eixo norteador, formulações de Diretrizes de Ciência Tecnologia e Inovação, aplicadas: à saúde, ao meio ambiente, às tecnologias sociais, às TICs para uma cidade inteligente e aos ambientes de inovação.

O calendário das pré-conferências é de 9 a 11 maio próximo e essas datas podem ser acompanhadas no site do Comcet. E a conferência será realizada nos dias 06 e 07 de junho próximo. A Conferência contará com uma abertura, no início da noite de 06 junho, e no final dessa solenidade serão entregues Prêmios Destaque de Ciência, Tecnologia e Inovação, edição 2017. Essa será a terceira edição do prêmio, sendo que a última ocorreu no ano de 2009. O prêmio será concedido para iniciativas em qualquer área do

conhecimento, desde que estejam no âmbito da ciência, tecnologia e inovação e dedicados a gerar benefícios para o Município de Porto Alegre. O prêmio será atribuído às seguintes categorias: profissionais, instituições públicas e organizações privadas.

Vai também ser concedida uma homenagem especial destinada ao reconhecimento de personalidades ou organizações que contribuíram com o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação ao Município de Porto Alegre.

O calendário das pré-conferências é de 9 a 11 maio próximo (acompanhe as datas no site do COMCET www.portoalegre.rs.gov.br/comcet), e a conferência será realizada nos dias 06 e 07 de junho próximo.

A Conferência contará com uma abertura no início da noite de 06 junho e no final dessa solenidade serão entregues Prêmios Destaque de Ciência, Tecnologia e Inovação, edição 2017. Essa será a terceira edição do prêmio, sendo que a última ocorreu no ano de 2009. O Prêmio será concedido para iniciativas em qualquer área do conhecimento, desde que estejam no âmbito da ciência, tecnologia e inovação e dedicados a gerar benefícios para o município de Porto Alegre. O prêmio será atribuído às seguintes categorias: profissionais; instituições públicas; organizações privadas.

Vai também ser concedida uma homenagem especial destinada ao reconhecimento de personalidades ou organizações que contribuíram com o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação ao Município de Porto Alegre...

Isto posto, formulamos o convite aos integrantes desta Câmara Municipal, aos Vereadores e Vereadoras e à sua assistência técnica, para participar das pré-conferências e da conferência, de modo a contribuir para a construção do Caderno de Diretrizes de Ciências, Tecnologia e Inovação para o biênio de 2017/ 2020.

Nos sentiremos imensamente honrados de tê-los em parceria, divulgando e participando das pré-conferências e da plenária final. Informamos que estamos trabalhando para que o Município de Porto Alegre seja considerado um modelo para o Estado, o País ou, quiçá, para a comunidade internacional.

Por fim, mas não menos importante, queremos registrar que o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Porto Alegre é o segundo conselho desta temática criada no Brasil. Todavia, temos servido de modelo e contribuído para a criação de outros conselhos de ciência e tecnologia, seja encaminhando nossa legislação para servir de modelo, seja passando informações de estrutura e funcionamento.

Queremos agradecer este espaço de manifestação, bem como o apoio desta Casa Legislativa na recepção de nossas propostas de legislação de ciência e tecnologia tais como: criação da Semana Municipal de Ciência e Tecnologia; criação da Semana Municipal Pe. Landell de Moura; criação do Dia do Astrônomo, que é comemorado no dia 2 de dezembro, e em homenagem ao nascimento de Dom Pedro II, grande incentivador das ciências em nosso País; definição do Pe. Landell de Moura como patrono da ciência e tecnologia no Município de Porto Alegre; e a definição da inserção da história da ciência e da tecnologia do Pe. Landell de Moura em currículo das escolas municipais.

Mais uma vez, gostaria de agradecer a esta Casa pelo espaço concedido para nós para virmos falar sobre o Comcet e sobre a nossa próxima conferência. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Muito obrigado, Sra. Raquel. Convidamos V. Sa. para compor a Mesa.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

O SR. ADELI SELL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Tive bons momentos quando fui Secretário Municipal da Produção, Indústria e Comércio, e estar junto com vocês, um pessoal tremendamente preocupado com o desenvolvimento social e econômico desta Cidade, foi um desses momentos. Sabemos que ciência e tecnologia são determinantes no desenvolvimento de uma cidade no mundo moderno. Nós precisamos, Mateus, cada vez mais, trabalhar a ideia de Porto Alegre, além de ser uma cidade de serviços, ser uma cidade de inovação. É por isso que eu sempre apoiei a ideia do Inovapoa, que hoje é um braço da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Fico feliz com a escolha do gestor, que deixou a PUC para vir auxiliar a todos nós aqui na municipalidade. Vejo que a crise econômica que nós estamos vivendo está atingindo também o setor de ciência e tecnologia. Vejo, por exemplo, que praticamente todo o setor de telecomunicações na PUC, inclusive a sala do Governo Federal que havia lá foi desativada, 14 professores foram demitidos – isso não é nada bom. Não é porque haja uma maldade do gestor; é porque há uma crise muito grande. Nós estamos vendo aí que as novas tecnologias, aqui nós deveríamos estar trabalhando cada vez mais aquela ideia

generosa que nós trabalhamos com alguns de vocês que estão aqui, o Sindihospa estava muito presente naquele momento conosco também, de saúde Porto Alegre. Acho que estamos perdendo um pouco o norte lá no 4º Distrito, nós poderíamos estar trabalhando mais e mais essa questão dessa área da saúde, com todo o seu avanço tecnológico e científico para trazer, cada vez mais, negócios, empresas, elementos fundamentais para fazer avançar essa área da ciência e da tecnologia.

Eu creio que nós, aqui na Câmara Municipal, deveríamos ter mais espaços, mais momentos, Ver.^a Comandante Nádia, para discutir essas questões da Cidade, ter um foco na Cidade. Às vezes, eu vejo, e há poucos minutos nós tivemos um grande debate aqui sobre a questão das ilicitudes no centro de Porto Alegre, mas houve pessoas que marcaram, deram a sua opinião, mas não ouviram a fala final dos nossos convidados. O jogo é para ser jogado em 90 minutos, não para participar do primeiro tempo, enfiar a bola debaixo do braço e dizer: bom, aqui eu não jogo mais, vou para casa. Se nós quisermos evoluir é preciso ouvir todos os lados. E acredito que agora que nós temos também algumas dificuldades, mas nós queremos um Comcet forte, ágil, dinâmico, trazendo a sociedade civil, os seus pensadores. Também queria apelar aqui ao Governo Municipal, na figura do colega Ver. Janta, para que o Governo Municipal dê uma atenção especialíssima a alguns eventos que nós temos na área de ciência e tecnologia. Eu queria ver este ano, apesar das dificuldades, o Fórum Internacional de Software Livre - não confundir com pirataria, é outra coisa, não é, Barbosa? - muito forte, novamente na PUC, com muita gente, inclusive gente de fora para usufruir da nossa Cidade. Que a sociedade civil colabore mais, que haja investimentos nessa área. Assim, deixo aqui a minha saudação a todos e que o Manolo leve essas nossas questões para o Diretor Moschetta, por favor, da Prefeitura, e uma saudação à direção do Comcet.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Sra. Raquel Mauler está com a palavra para as suas considerações finais.

A SRA. RAQUEL MAULER: Gostaria de reafirmar mais uma vez o convite para a Câmara participar e nos ajudar na Conferência Municipal de Ciência e Tecnologia. A Conferência já foi lançada. Gostaríamos que a comunidade fosse incentivada a participar

fazendo propostas de diretrizes. E também, na semana que vem, vai ser lançado o prêmio. E nós vamos estar recebendo candidaturas para a premiação, quando vai ser constituída uma comissão para depois avaliar o premiado. Gostaríamos que houvesse uma participação ativa da Câmara. Gostaria, mais uma vez, de agradecer a oportunidade de estar aqui e de dizer que nós somos parceiros. Se a Câmara quiser discutir um assunto, pode nos acionar, que nós estamos dispostos a ajudar nas discussões, nas proposições, etc. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Obrigado, Sra. Raquel Mauler. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h52min.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): (16h53min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, pelo adiantado da hora, vou ser sucinto, mas agradeço muito, principalmente aos colegas do PMDB que estão aqui - o Ver. Idenir Cecchim, Comandante Nádia, André Carús e o Valter Nagelstein - e a todos os Vereadores presentes, o Cássia, o Matheus Ayres, a Sofia, o Dr. Goulart. Também queria, rapidamente, falar sobre três assuntos. Num momento tão ruim da Segurança Pública, a gente ver noticiado que, apesar da crise que o Governador José Ivo Sartori vem enfrentando e das sérias dificuldades que assola o País e o Estado, o anúncio de quinhentos PMs que são policiais militares aposentados que serão chamados para atuarem em escolas, em vídeo monitoramento e em serviços administrativos, passando por reciclagem. Então, não poderia deixar de citar aqui, nesse momento difícil que a gente vê o Estado do Rio Grande do Sul passar, esse tipo de atitude e saudar a atitude do Governo Estadual de José Ivo Sartori para combater essa insegurança urbana que a gente tanto discute na Casa.

Em segundo lugar, gostaria também – pena que o colega Marcelo Sgarbossa não se faça presente – de saudar a iniciativa que a Prefeitura de Porto Alegre, em parceria com a

Gerência de Projetos da EPTC, que possibilitou que em breve tenhamos mais 122 pontos para estacionar bicicletas. Isso não é fruto de nenhuma medida populista, é na realidade uma parceria – a partir de uma sugestão do evento Pedal das Chaminés, no aniversário de Porto Alegre –, entre a EPTC e a organização Pedalando e a Cidade Anda, em parceira com a Braskem. Quero saudar esses 122 novos paraciclos que vão ser instalados neste ano.

E no fim, a gente sempre ouve com atenção o Ver. Adeli, e quero dizer que também foi noticiado nos veículos de imprensa sobre mais um boato, Líder do Governo Cláudio Janta, de que a nossa administração Nelson Marchezan iria acabar com o Orçamento Participativo. Isso é mais uma mentira que a gente sabe mais ou menos de onde vem: daquelas pessoas que fazem jogo de palavra, inclusive nesta Casa, para dizer que a gente trata o ser humano como lixo. Eu acho um absurdo vir aqui um parlamentar, falar algo positivo, dizer que há um enfrentamento no momento para limpar o Centro de Porto Alegre, que está sujo, sim, fazer um jogo de palavras e dizer que a administração quando diz limpar o Centro está dizendo que o ambulante é lixo. Isso é jogo de palavras de pessoas que continuam ainda não entendendo que o populismo não cabe mais nesta Casa, esse tipo de política sempre vai ser combatida por este colega que vos fala. E por fim, falar do Orçamento Participativo, aproveitando que o Ver. Adeli está presente, pois protocolou na Casa recentemente a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa do Orçamento Participativo. Respondendo a um famoso veículo de imprensa, o Prefeito foi obrigado a responder que esta administração, em nenhum momento, cancelou reuniões, em nenhum momento acabou ou quer acabar com o Orçamento Participativo; o que esta Administração quer é parar de mentir. Parar de mentir para as pessoas que o que elas, ao sair das suas casas e ir às plenárias votar, não se tem recurso para fazer. Eu fui a um posto de saúde na Lomba do Pinheiro, há demandas de 1996, que ainda não foram atendidas. Então, o Prefeito Marchezan respondeu da seguinte forma: “Não foi suspensa nenhuma reunião, todas as reuniões serão mantidas. O que nós não vamos fazer é mentir para as pessoas.” E queria saudar o Ver. Adeli pela sua proposição, e gostaria muito desse novo formato de responsabilidade. Pode contar comigo na Frente Parlamentar em Defesa do Orçamento. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Adeli Sell (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Idenir Cecchim (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h1min.)